

# COMUNICAÇÃO

## *Communication*

### SIMPÓSIO SOBRE O VATICANO II – PUCRS: *LUMEN GENTIUM*

#### *Symposium about the Vatican II – PUCRS: “Lumen Gentium”*

---

Geraldo Luiz Borges Hackmann\*

## 1 A Igreja, no centro do magistério do Vaticano II

O Vaticano II é o primeiro Concílio que se ocupou da Igreja de forma profunda e exaustiva. Como é conhecido de todos, o programa de trabalho do Concílio, com numerosos esquemas preparatórios, teve uma organização maior no dia 04 de dezembro de 1962, quando o Cardeal Suenens, com aprovação de João XXIII e com o apoio do Cardeal Montini, propôs na Aula conciliar que se organizasse o trabalho conciliar sobre os temas *Ecclesia ad intra* e *Ecclesia ad extra*. Daí resultaram a *Lumen Gentium*, aprovada e promulgada no dia 21 de novembro de 1964, e a *Gaudium et Spes*, aprovada e promulgada no dia 07 de dezembro de 1965. São dois momentos diferentes de uma mesma eclesiologia.

A novidade da *Lumen Gentium* consiste em uma nova perspectiva e inter-relação do conjunto dos vários aspectos do mistério da Igreja, a partir de uma nova compreensão da relação desta com Jesus Cristo, e progresso de alguns elementos particulares à luz da Sagrada Escritura e da tradição patristica, dogmática e litúrgica.

---

\* Doutor em Teologia, professor da Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e membro da Comissão Teológica Internacional. E-mail: <gborgesh@puccrs.br>.

## 2 **A *Lumen Gentium* como o fio condutor dos documentos conciliares**

Com a *Lumen Gentium*, o Concílio encontrou um critério unificador dos trabalhos sobre a identidade e a missão da Igreja, dando atenção à unidade dos cristãos e ao diálogo com o mundo moderno. Juntamente com a *Dei Verbum*, a *Lumen Gentium* é a chave de acesso ao magistério conciliar e é a partir dela que os outros documentos são interpretados. Na *Lumen Gentium*, a Igreja declara seu mistério, sua identidade, sua origem, sua estrutura e sua missão. O mistério de Cristo, que se realiza na Igreja, está exposto na *Sacrosanctum Concilium*. Os decretos *Orientalium Ecclesiarum* e *Unitatis Redintegratio* são um prolongamento da *Lumen Gentium*. Os capítulos sobre o ministério hierárquico são desenvolvidos na *Christus Dominus* e na *Presbyterorum Ordinis*, juntamente com a *Optatam Totius*. A *Apostolicam Actuositatem* desenvolve os princípios do capítulo 4 sobre o apostolado dos leigos, enquanto a *Perfectae Caritatis* amplia o capítulo 6, dedicado aos religiosos. A missão da Igreja, tratada no capítulo 2, prolonga-se no Decreto *Ad Gentes*, sobre a atividade missionária da Igreja, e na Declaração *Nostra Aetate*, que se ocupa das religiões não cristãs, à qual se junta a Declaração *Dignitatis Humanae*, sobre a liberdade religiosa, assim como também o Decreto *Inter Mirifica*, sobre os Meios de Comunicação Social, e a Declaração *Gravissimum Educationis*, sobre a educação cristã.

## 3 **Uma renovação na continuidade**

A falada “virada copernicana”, operada pela eclesiologia da *Lumen Gentium*, deve ser compreendida na continuidade dos ensinamentos precedentes, especialmente com o Magistério de Trento e do Vaticano I (cf. *LG* 18; *DV* 1; *DH* 1). Tal afirmação não significa não reconhecer ou negar que a eclesiologia da *Lumen Gentium* não contenha um desenvolvimento doutrinal, complementar à eclesiologia precedente. Por outro lado, a novidade teológica na compreensão da Igreja não significa a aparição de algo nunca antes dito ou desconhecido na tradição teológica, porque o desenvolvimento doutrinal já está contido de forma implícita na grande tradição teológica da Igreja. O devir histórico, também da Teologia, não se dá por um início absoluto. Já o Papa João XXIII afirmava no Discurso de inauguração do Concílio Vaticano II: “A finalidade principal deste Concílio não é, portanto, a discussão de

um ou de outro tema da doutrina fundamental da Igreja, repetindo e proclamando o ensino dos Padres e dos Teólogos antigos e modernos, que se supõe sempre bem presente e familiar ao nosso espírito. Para isso, não havia necessidade de um Concílio. Mas da renovada, serena e tranquila adesão a todo o ensino da Igreja, na sua integridade e exatidão, como ainda brilha nas Atas Conciliares desde Trento até ao Vaticano I, o espírito cristão, católico e apostólico do mundo inteiro espera um progresso na penetração doutrinal e na formação das consciências; é necessário que esta doutrina certa e imutável, que deve ser fielmente respeitada, seja aprofundada e exposta de forma a responder às exigências do nosso tempo”.<sup>1</sup> Nesse mesmo sentido, afirma o Papa Bento XVI, na Carta Apostólica em forma de *Motu Proprio* na qual institui um Ano da Fé: “[...] Para atestar como os conteúdos essenciais, que há séculos constituem o patrimônio de todos os fiéis, necessitam de ser confirmados, compreendidos e aprofundados em maneira sempre nova para se dar testemunho coerente deles em condições históricas diversas do passado” (*Porta Fidei* 4).

Walter Kasper, na sua recente obra intitulada *Igreja Católica: essência, realidade, missão*, afirma que o Vaticano II não caiu como um raio sobre a Igreja ou como uma ruptura, mas como um longo passo no caminho em que já estávamos caminhando interiormente há longo tempo e inconscientemente esperado.<sup>2</sup>

Assim, as interpretações da eclesiologia da *Lumen Gentium*, em chave de oposição, levaram a reações com consequências funestas para a Igreja. É o caso da oposição entre uma eclesiologia jurídica e a eclesiologia de comunhão,<sup>3</sup> a compreensão da Igreja como sociedade e instituição e a Igreja como Corpo Místico de Cristo,<sup>4</sup> de um lado, e o movimento criado pelo Mons. Marcel Lefebvre,<sup>5</sup> e mais recentemente,

<sup>1</sup> PAPA JOÃO XXIII, *Discurso de inauguração do Concílio Vaticano II*, no dia 11 de dezembro de 1962, VI, 5.

<sup>2</sup> W. KASPER. *La Chiesa Cattolica. Essenza-Realtà-Missione*. Brescia: Queriniana, 2012, p. 14.

<sup>3</sup> A propósito, ver A. ACERBI, *Due ecclesiologie*. Bologna: Dehoniane, 1975.

<sup>4</sup> Ver F. SAVERIO VENUTO, *La recezione Del Concilio Vaticano II nel dibattito storiografico dal 1965 al 1985*. Cantalupa: Effata, 2011, 448 p.

<sup>5</sup> Ver uma análise em P. LATHUILLIÈRE, *Le fondamentalisme catholique*. Signification et ecclésiologie. Paris: Cerf, 1995, 334p. Uma análise crítica em G. MICCOLI, *La Chiesa dell'anticoncilio*. I tradizionalisti alla riconquista di Roma. Bari: Laterza, 2011, 418 p.

Brunero Gherardini<sup>6</sup> e Roberto De Mattei,<sup>7</sup> de outro lado. Chegar a um equilíbrio na compreensão da eclesiologia da *Lumen Gentium* torna-se, hoje, não apenas necessário, mas um imperativo, a fim de evitar hermenêuticas que não apenas negam o magistério do Vaticano II, mas que fazem interpretações contra seu espírito e seu texto. Nesse sentido, o Vaticano II não é apenas um espírito, mas também documentos – letra –, que devem ser lidos e compreendidos no conjunto do magistério conciliar. O Papa Bento XVI, no Discurso aos membros da Cúria Romana, por ocasião dos votos natalinos de 2005, aponta um caminho: a reforma na continuidade.<sup>8</sup>

#### 4 A recepção é um processo demorado e continuado

Uma das questões debatidas é a possibilidade de verificar se houve uma recepção total ou parcial do Vaticano II pela Igreja. Naturalmente, a recepção de um Concílio é um bem espiritual na Igreja e exige tempo de amadurecimento, ou seja, a assimilação por parte do corpo eclesial das novas ideias e atitudes trazidas pelo Concílio. Giles Routhier afirma que acontece a recepção quando as decisões de um Concílio são acolhidas e assimiladas na vida de determinada Igreja Particular e passa a ser viva expressão de fé apostólica.<sup>9</sup> No caso do Vaticano II, há discussão sobre a sua recepção. Contudo, o Sínodo Extraordinário de 1985 constituiu-se um marco inegável no processo de recepção do mesmo, apesar das opiniões controversas.<sup>10</sup>

<sup>6</sup> B. GHERARDINI, *Concilio Ecumenico Vaticano II. Un discorso da fare*. Frigento: Casa Mariana Editrice, 2009, 260 p; ID., *Concilio Vaticano II. Il discorso mancato*. Torino: Lindau, 2011, 110 p.

<sup>7</sup> R. DE MATTEI, *Il Concilio Vaticano II. Una storia mai scritta*. Torino: Lindau, 2010, 625 p.; ID., *Apologia della Tradizione. Poscritto a Il Concilio Vaticano II. Una storia mai scritta*. Torino: Lindau, 2011, 153 p.

<sup>8</sup> <[http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/speeches/2005/december/index\\_it.htm](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2005/december/index_it.htm)>. A propósito, ver a obra de P. CANTONI, *Riforma nella continuità. Vaticano II e anticonciliarismo. Riflessioni sul Vaticano II e sull'anti-conciliarismo*. Milano: Sugarco, 2011, 152 p.

<sup>9</sup> G. ROUTHIER, *La réception d'un concile*. Paris: Cerf, 1993, p. 69.

<sup>10</sup> Sobre a recepção como fato eclesiológico e a discussão em torno da recepção do Vaticano II, ver G. L. B. HACKMANN, *A amada Igreja de Jesus Cristo. Manual de Eclesiologia como Comunhão Orgânica*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2003, p. 291-311.

## 5 A compreensão e assimilação da eclesiologia do Vaticano II: comunhão e sacramento

Quem sabe, poder-se-ia afirmar que ainda a eclesiologia do Vaticano II não foi suficientemente compreendida e assimilada. Justifico tal hipótese porque a *Lumen Gentium* mostra que a Igreja deve ser compreendida a partir do mistério de Cristo, em comunhão com a Trindade, e não a partir da imagem de Povo de Deus, como alguns insistem. A noção bíblica de Povo de Deus explica as relações internas dentro da Igreja. Por isso, o Sínodo de 1985 apresentou a eclesiologia de comunhão como a eclesiologia do Vaticano II. Angel Antón opina que esse é o conceito-chave para interpretar a eclesiologia do Vaticano II e o que melhor compendia os resultados em sua doutrina eclesiológica e na renovação da Igreja.<sup>11</sup>

Compreender a eclesiologia da *Lumen Gentium* a partir da perspectiva do mistério da Igreja (capítulo I) não nega a sua dimensão institucional, que tradicionalmente era evidenciada com a ideia da “sociedade perfeita”. Todas as dimensões da Igreja formam uma realidade complexa de elementos visíveis e invisíveis, institucionais e espirituais (LG 8). Nesse sentido, a Igreja é *comunhão* dos fiéis com Deus e entre si, simbolizada e realizada pelo mistério eucarístico. Ela é também *sacramento* desta comunhão enquanto peregrina na história até a consumação final (LG 1 e 48). Comunhão e sacramento não são categorias alternativas, mas dimensões próprias do Povo de Deus e do Corpo de Cristo. A *comunhão* indica o conteúdo do mistério, ou seja, o dom recebido de Deus e que define o ser mais profundo da Igreja que se realizará na plenitude escatológica. O sacramento indica o modo como Deus oferece esse dom à humanidade na Igreja como sacramento universal de salvação (LG 1), ou seja, como mediação visível que anuncia e realiza a comunhão, em estreita dependência do Espírito Santo. O anglicano Alain Nisus, em uma tese de doutorado sobre a eclesiologia de Yves Congar,<sup>12</sup> afirma que, entre esses dois elementos, não há dualismo, mas sim dualidade, isto é, dualismo não, dualidade sim. Por isso, a Igreja é *semper purificanda* (LG 8).

<sup>11</sup> A. ANTÓN. Eclesiología posconciliar: esperanzas, resultados y perspectivas para el futuro. In: R. LATOURELLE (Ed.). *Vaticano II*. Balance y perspectivas. Salamanca, 1990, p. 281.

<sup>12</sup> A. NISUS. *L'Église comme communion et comme institution*. Une lecture de l'ecclésiologie du Cardinal Congar à partir de la tradition des Églises de professants. Paris: Cerf, 2012, 512 p.